

ETNOGÊNESE E ETNICIDADE DO REINO VÂNDALO: APRESENTANDO UM HORIZONTE METODOLÓGICO

*Geraldo Rosolen Junior*¹

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo discutir e repensar a etnogênese do Reino Vândalo a partir da metodologia da Universidade de Viena, sendo o principal expoente e defensor da utilização dos conceitos de etnicidade e etnogênese o austríaco Walter Pohl, que orientou a percepção de Roland Steinacher acerca das identidades do Reino Vândalo ao empregar tais conceitos. Nesse artigo, apresentamos como as categorias filológicas (Vandiles, Vandilios e Vandalorum) e a cultura material associada ao povo vândalo haviam sido percebidas até meados de 1960, enquanto marcadores de uma continuidade étnico-racial desse povo, cujos principais objetivos eram associar essa herança étnica a poloneses e alemães que reivindicavam a soberania da região entre os rios Oder e Vístula. Assim, nosso objetivo foi repensar a historiografia do Reino Vândalo a partir das contribuições de Reinhard Wenskus iniciadas em 1961, e que foram aprimoradas ao longo do século XXI, pelos austríacos Pohl e Steinacher. Dos quais consideraram que cada etnônimo deve ser analisado e compreendido dentro de seu próprio período histórico, e não enquanto uma prova da continuidade desse povo. Colaborando assim, para demonstrar, que as categorias identitárias no início da Idade Média eram muito mais dinâmicas e integradoras do que desejavam alguns grupos nacionalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Reino Vândalo. Etnogênese. Etnicidade. Arqueologia. Historiografia.

ETHNOGENESIS AND ETHNICITY OF THE VANDAL KINGDOM: PRESENTING A METHODOLOGICAL HORIZON

ABSTRACT

This research aimed to discuss and rethink the ethnogenesis of the Vandal Kingdom based on the methodology of the University of Vienna, the main exponent and defender of the use of the concepts of ethnicity and ethnogenesis is the Austrian Walter Pohl, who conducted the perception of Roland Steinacher about the identities of the Vandal Kingdom when employing such concepts. In this article, we present how the philological categories (Vandiles, Vandilios, and Vandalorum) and the material culture associated with the Vandal people, had been understood until the 1960s as markers of an ethnic-racial continuity of these people, whose main objectives were to associate this ethnic heritage with Poles and Germans who claimed sovereignty in the region between the Oder and Vistula rivers. Thus, our objective was to rethink the historiography of the Vandal Kingdom from the contributions of Reinhard Wenskus started in 1961 and were improved throughout the 21st century by the Austrians Pohl and Steinacher. Of which they considered that each ethnonym must be analyzed and understood within its historical period, and not as proof of the continuity of that people. Demonstrating that the identity categories in the Early Middle Ages were much more dynamic and interactive than some nationalist groups wished.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo. Pesquisador do Laboratório de Estudos Medievais (LEME/UNIFESP), e também do Laboratório de Estudos Mediterrânicos e Bizantinos (LÆMEB). Esta pesquisa foi desenvolvida durante o período como bolsista da CAPES. Email: grosolen.junior@hotmail.com

KEYWORDS: Vandal Kingdom. Ethnogenesis. Ethnicity. Archaeology. Historiography.

1. INTRODUÇÃO

O termo *Vandili* apareceu pela primeira vez na historiografia romana na *Naturalis Historiae* de Plínio, o Velho, em meados do ano 70 e.c., ao fazer uma descrição e catalogar os povos “germânicos”² em cinco principais grupos. O primeiro ele descreve: “Os vandiles de quem fazem parte os: Burgúndios, varinos, charines e os gutões³” (PLINII SECUNDI, 1668, p. 190, tradução nossa). Nesse sentido, o termo fazia referência a uma coligação com grande diversidade de povos, e a fim de se abster de possíveis erros em sua narrativa, ele apresenta que essa região era ainda muito desconhecida e que havia muitas informações contraditórias sobre o território das *Germaniae gentes* (PLINII SECUNDI, 1668, p.189-190; STADLER, 2014).

Pouco tempo depois, no final da década de 90 e.c., Tácito dedicava-se, em seu livro *Germania*, a fazer um relato sobre o território e os povos que habitavam a *Magna Germania* no final do primeiro século (ANDRADE, 2011). Nessa obra, podemos observar novamente a aparição de um termo semelhante ao de Plínio. Dessa vez sob a designação *Vandilios*, mas que novamente estava associada à identidade étnica mais ampla, e não como representativa de apenas um povo.

Thiago David Stadler (2015, p. 56-57), em sua tese de doutorado, comprova que Tácito teria utilizado como parte de suas fontes de pesquisas a obra “Das guerras com os germanos” (hoje perdida), escrita em vinte volumes e atribuída a Plínio, o Velho, por Suetônio, Plínio, o Jovem, e pelo próprio Tácito em seus *Annales*. Stadler (2015) também sugeriu que Tácito desejava se associar à autoridade literária de Plínio.

Contudo, ao contrário de Plínio, Tácito apresentou os *Vandilios* como grupos hipotéticos e secundários aos *Istaevones*, *Ingaevones* e *Herminones*, que considerava serem os maiores grupos: “Alguns

² Colocamos o termo germânico entre aspas pois seguimos a orientação de Jörg Jarnut (2004) e Walter Goffart (2006), que consideraram que, embora o termo esteja presente nas fontes romanas, nenhum dos povos que atravessaram os rios Reno e Danúbio se reconheciam dessa forma. Aliás, Tácito (2011) já havia afirmado que o termo “Germânia” e “germânicos” havia surgido em seu tempo, e que esses povos, de fato, não se intitulavam como germânicos (TÁCITO, 2011, p.11-12). Além disso, Jarnut (2004) nos apresenta que o termo foi associado ao passado dos nacionalismos europeus dos séculos XIX e XX e justificava, em certa medida, crimes cometidos contra a humanidade e invasões territoriais com base nos ideais de guerreiros nobres e conquistadores. Portanto, atualmente se tornou um conceito obsoleto que precisa ser superado pela historiografia medievalista (JARNUT, 2004).

³ “*Vandili, quorum pars Burgodiones, Varinnae, Charini, Gutones*” (PLINII SECUNDI, 1668, p. 190).

afirmam existir outros povos mais antigos como os marsos, gambrívios, suebos e vandílios⁴ (TÁCITO, 2011, p. 11, tradução nossa). Entretanto, Tácito não parece ter testemunhado a presença ou a cultura dos *Vandílios* porque, como vemos, seu relato consiste na reprodução de uma memória transmitida oralmente, prática pouco comum para os historiadores clássicos.

De acordo com Hanna Arendt (2016), para os historiadores clássicos, sua compreensão de escrita estava relacionada com a tentativa de imortalização dos eventos e fatos observados. Ela apresenta que “o vocábulo *istoría* deriva de *id-*, ver, e *ístor* significa originalmente ‘testemunha ocular’, e posteriormente aquele que examina testemunhas e obtém a verdade através da indagação. Portanto, *istoreín* possui um duplo significado: testemunhar e indagar” (ARENDR, 2016, p. 69). Para Néri de Barros Almeida (2014), os historiadores clássicos como Heródoto e Tucídides desejavam registrar os eventos que presenciavam como forma de imortalizar uma memória daquilo que consideravam digno de ser preservado e recordado em momento posterior (ALMEIDA, 2014).

Emma Dench (2007) considera que a etnografia de Tácito seguia pressupostos semelhantes aos apresentados por Heródoto. Entretanto, ao confiar em uma memória coletiva sem o próprio testemunho, Tácito rompe com o ideal da verdade histórica do qual o historiador antigo assumia um “conjunto constituído por sequência de dados (que resulta de uma apuração por parte do historiador) e narração (devida à autoridade e à perícia do narrador) e o assentimento do sujeito da narrativa que – também testemunha” (ALMEIDA, 2014, p. 32). E embora Hans Beck (2007) nos apresente que a tradição oral poderia ter sido uma das principais fontes para o conhecimento histórico, é preciso considerar que os autores pouco assumiam esse recurso, já que poderia reduzir o prestígio da obra em seu período, pois poderiam considerar a interferência do autor sobre os eventos narrados (KELLY, 2007).

Contudo, nenhum novo termo igual ou semelhante é retratado na historiografia romana até o século V com as Crônicas de Idácio, que haviam sido escritas regularmente até 468 (BURGESS, 1993; WOODS, 2009). Em Idácio encontramos o termo *Vandalí* associado como a designação de um único povo, “Alanos, vândalos e suevos ingressaram na Hispânia⁵” (HYDATIUS, 1993, p. 80, tradução nossa). Idácio de Aquae Flaviae nos apresenta que essa coalização havia sido liderada por Addax, o rei dos Alanos, até a chegada nas províncias da Hispânia em 409, e orientou a divisão dos territórios entre os povos da coligação.

⁴ “*Marsos Gambrivios Suebos Vandilios affirmant, eaque vera et antiqua nomina*” (TÁCITO, 2011, p. 11).

⁵ “*Alani et vandali et sueni Hispanias ingressi*” (HYDATIUS, 1993, p.80).

Porém, a chegada dos vândalos na Hispânia acarretou uma divisão interna que os subdividiu entre asdingos e silingos: “Os vândalos [asdingos] tomaram posse da Gallaecia e os suevos ficaram posicionados na extremidade ocidental [próximo] ao Oceano. Os alanos ficaram com a Lusitânia e com a Carthaginensis, e os chamados vândalos silingos escolheram a Bética⁶” (HYDATIUS, 1993, p. 82, tradução nossa). A soberania dos alanos sobre essa coligação foi rompida em 419, quando Addax morreu durante uma incursão dos visigodos que haviam sido enviados pelos exércitos imperiais na tentativa de recuperar as províncias da Hispânia: “O rei dos godos Vália, em nome de Roma, entrou na Hispânia, e cometeram um grande massacre aos bárbaros⁷” (HYDATIUS, 1993, p. 84, tradução nossa). Com a derrota, Idácio relata que os vândalos silingos e os alanos foram quase inteiramente destruídos, mas, os vândalos asdingos e os suevos enfrentaram pouca ou nenhuma avaria com as incursões visigóticas.

A sucessão de Addax após sua morte recaiu sobre o rei dos vândalos asdingos Gunderico. A escolha havia sido orientada pelos sobreviventes alanos, que o escolheram para manter a coligação: “aqueles poucos que sobreviveram, tendo esquecido seu reino, nomearam o rei dos vândalos Gunderico [como seu líder]⁸” (HYDATIUS, 1993, p. 86, tradução nossa). Como Renan Frighetto (2000) nos apresenta, a escolha e as lealdades ao rei para esses povos esteve orientada pela aceitação da autoridade régia com base nas qualidades militares desses reis (FRIGHETTO, 2000, p. 50). A partir desse momento, toda historiografia posterior passaria a atribuir o termo a uma única unidade étnica, representada igualmente na titularia real como *rex vandalarum*.

Entretanto, Walter Pohl (2004) nos apresenta que a suposta linearidade observada entre as fontes historiográficas passaram a ser contestadas a partir da década de 1960. Assim, essa diferenciação dos termos associados com a lacuna temporal do século I ao século V, considerada como muito ampla e bastante diversificada, faz com que a historiografia contemporânea não considere aceitável a associação dos termos de Plínio, Tácito com o de Idácio de *Aquae Flaviae*. (POHL, 2004; STEINACHER, 2016; 2017).

Desde então, a fim de superar essas lacunas temporais, a pesquisa sobre o Reino Vândalo anterior a sua chegada no Império foi direcionada para duas possibilidades. A primeira que

⁶ “*Calliciam Vandali occupant et Suaeini sitam in extremitate Oceani maris occidua. Alani Lusitaniam et Carthaginensem provincias et Vandali cognomine Silingi Beticam sortiuntur*” (HYDATIUS, 1993, p.82).

⁷ “*Vallia rex Gothorum Romani nominis causa intra Hispanias caedes magnas efficit barbarorum*” (HYDATIUS, 1993, p.84).

⁸ “*ipsorum pauci qui superferant oblito regni nomine Gunderici regis Vandalarum*” (HYDATIUS, 1993, p. 86).

apresentaremos é através das propostas metodológicas que vinculam os conceitos de etnogênese e etnicidade.

Sabemos que principalmente o conceito de etnogênese está longe de obter um consenso, e grande parte desse debate já foi apresentado no livro *On Barbarian identity: Critical approaches to ethnicity in the Early Middle Ages*, editado por Andrew Gillet em 2002. Na obra, ele reúne diversos pontos de vista sobre a possibilidade de empregar tais conceitos nos estudos medievais, que vão desde pesquisadores totalmente céticos como Michel Kulikowski (2002) e Walter Goffart (2002), até Walter Pohl (2002), que é um dos principais defensores e expoentes sobre a utilização desses conceitos.

Mas, infelizmente nos últimos anos, temos observado um julgamento do conceito de etnogênese de maneira bastante errônea, como o caso de Thomas F. X Noble (2016), que considerou a etnogênese como uma tentativa de mapeamento geográfico sobre a origem de um determinado povo. E sugere que os estudiosos da etnogênese tentam fornecer uma identidade inflexível, que supostamente manteria a mesma identidade desde seu surgimento.

Em oposição a isto, Alexander Callander Murray (2002), Andrew Gillet (2002a) e Helmut Reimitz (2012) nos apresentam que a teoria acerca da etnogênese é uma análise filológica herdada de Herwig Wolfram, que tem como base as pesquisas precedentes de Reinhard Wenskus, que resultaram no livro *Stammesbildung und Verfassung: Das Werden der frühmittelalterlichen gentes*, de 1961.

De acordo com os autores, a etnogênese vincula a tradição enquanto ponto-chave das identidades analisadas, pois compreende que as aristocracias bárbaras estariam associadas à construção de discursos de poder. Deste modo, a origem mítica constituiria um ícone central da preservação-construção da tradição desses povos e contribuíram para a legitimação de seu poderio e influência social (WENSKUS, 1961).

Essa teoria das origens dos grupos étnicos concentra-se no conceito de um núcleo vinculante de tradição, seja incorporado a uma elite aristocrática que ‘carrega’ as tradições de identidade do grupo, ou transmitido por ‘discursos étnicos’ menos tangíveis. A teoria é essencialmente filológica na abordagem, mas construída a partir do pensamento contemporâneo das Ciências Sociais⁹ (GILLET, 2002a, p. 3, tradução nossa).

Deste modo, devemos compreender que a etnogênese não está associada a características biológicas e raciais e nem tenta associar o registro histórico do século I ao do século V. Mas, como

⁹ “This theory of the origins of ethnic groups (ethnogenesis) centres on the concept of a binding core of tradition (Traditionskern), either embodied in an aristocratic elite which ‘bears’ the group’s identity-giving traditions, or transmitted by less tangible ‘ethnic discourses’. The theory is essentially philological (in the original sense of the word) in approach but framed with reference to contemporary thought in the social sciences” (GILLET, 2002a, p. 3).

nos apresenta Walter Pohl (1999, 2002), esse conceito visa analisar o processo de construção de um povo baseado em padrões evidentes nas narrativas romanas ou na cultura material. Nelas, podem ser observadas características de incorporação comunitária, com base na integração de tradições antigas e locais, que fornecem uma identidade comum a indivíduos de origens variadas, em torno de um mesmo núcleo de tradição (*Traditionskern*) e de uma mesma representação étnica (*vandalorum*, por exemplo) (WENSKUS, 1961; POHL, 1999, 2002). Tais características, por sua vez, nos revelam uma estrutura cultural e social bastante adaptativa com as dinâmicas que os vândalos, nesse caso, encontraram nas províncias africanas, rompendo categoricamente com a ideia apresentada por Noble (2016) de uma abordagem racista, revelando que talvez esse pesquisador não conhecesse de fato as práticas metodológicas de Pohl.

Este modelo possibilitou a destruição de um paradigma profundamente enraizado na compreensão de que a etnia era essencialmente biológica e imutável, e permitiu o desenvolvimento de uma compreensão mais dinâmica dos processos étnicos da Antiguidade Tardia e do início da Idade Média¹⁰ (POHL, 2002, p. 221, tradução nossa).

Reflexões sobre o papel das narrativas na constituição das identidades étnicas nos Reinos Bárbaros passaram a ter legitimidade na historiografia contemporânea através dos questionamentos sobre a construção do conceito de memória e sua utilização para reduzir a influência de “filtros e deformadores” da objetividade histórica encontrada nas fontes romanas: “A ideia de que textos e memórias contribuíram de alguma forma para a formação de identidades é um pressuposto comum nos estudos medievais contemporâneos¹¹” (POHL, 2002, p. 229, tradução nossa). Como evidenciam Walter Pohl (2002) e Andrew Gillet (2002a; 2002b), o conceito de memória é significativo quando compreendido como sendo a reconstrução do passado, através das experiências do presente, vinculada à tradição e cultura de seu escritor. A memória nunca é imparcial e revela suas experiências do momento vivido e os discursos favoráveis ou contrários à normatividade estabelecida pelo reinado em questão (NORA 1993; POHL, 2002; GILLET 2002a, 2002b; GINZBURG, 2008).

Como os posicionamentos dessas fontes históricas são frequentemente frutos do questionamento e imersão na estrutura social e cultural a qual está submetida, suas narrativas

¹⁰ “This model made possible the overthrow of the deeply entrenched paradigm that ethnicity was essentially biological and immutable, and permitted the development of a more dynamic understanding of ethnic processes in Late Antiquity and the early Middle Ages” (POHL, 2002, p. 221).

¹¹ “The idea that texts and memories contributed in some way to the shaping of identities is a common assumption in contemporary medieval studies” (POHL, 2002, p. 229).

apresentam características simbióticas, isto é, revelam os posicionamentos de seu escritor com o tempo presente, destacando e evidenciando características materiais e objetivas sobre a política e a religiosidade do tempo vivido e caracterizado que o narrador pode rejeitar ou aprovar. Portanto, compreender a narrativa através da contribuição da memória pode evidenciar uma série de comportamentos, tradições e características ímpares de povos (CERTEAU, 1982; CHARTIER, 1991; POHL, 1999, 2013).

Deste modo, Pohl (2013) considerou que a etnogênese pode ser definidora de diversos elementos da etnicidade uma vez que, devido a sua característica adaptativa, ela incide sobre padrões de comportamentos que diferenciam algumas comunidades de outras (romanos e bárbaros, por exemplo). Deste modo, a identidade de um povo pode ser (e possivelmente será) alterada e reconfigurada à medida em que se coloca em conflito com outro.

Para Audrey Becker (2014), a etnicidade é um modelo antropológico volúvel, que incide sobre as representações e tradições que as aristocracias reivindicam para si, através da “mobilização de certos traços culturais próprios de um grupo étnico e supostamente proveniente da origem comum real ou fictícia, que permite a manutenção da fronteira entre ‘Nós’ e ‘Eles’, entre membros e não membros¹²” (BECKER, 2014, p. 292, tradução nossa). As afinidades em torno dessa perspectiva são múltiplas. John Liebeschuetz (2003) e Guy Halsall (2007) também evidenciam que, mais do que uma expressão representativa, a identidade étnica pode assumir múltiplos aspectos.

Para Andrew Gillet (2002a; 2002b), a identidade étnica é uma forma de representação de um povo que busca se diferenciar de outros povos por meio de elementos sociais, culturais, políticos e econômicos. Geralmente, essas identidades são mais bem percebidas em momentos de conflitos e contatos bélicos entre dois povos ou mais. Para Gillet (2002a; 2002b), esses conflitos e reafirmações identitárias eram uma tentativa de se estabelecer dentro de uma topografia de poder, associadas ao ideal civilizatório romano e cristão.

Os estudos dos grupos étnicos no início do Ocidente medieval, é com efeito, o estudo da ‘topografia de poder’. A etnicidade é elevada de uma particularidade circunstancial para a composição de uma ideologia: ‘o discurso étnico se tornou a chave do poder político’, um discurso que mantém paridade com os ‘sistemas de

¹² “mobilisation de certains traits culturels propres à un groupe ethnique et supposés venir de l’origine commune réelle ou fictive permet le maintien de la frontière entre «Nous» et «Eux», entre membres et non-membres” (BECKER, 2014, p.292).

discursos' das ideologias imperiais e cristãs¹³ (GILLET, 2002b, p. 86, tradução nossa).

Guy Halsall (2007) concorda com Gillet ao referir que a etnicidade é uma identidade forjada nos constantes relacionamentos entre os povos. Destaca ainda que etnia e identidade podem ser conceitos distintos, mas que se conectam em momentos práticos do contato sociocultural (HALSALL, 2007, p. 40).

Assim, as identidades étnicas são percebidas como entidades negociadas de acordo com as exigências do tempo presente, o que nos exige uma análise que compreenda como os povos vândalos se comportaram diante das experiências durante o período na Hispânia e como isso se modificou a partir de sua entrada na África.

Logo, a aplicação dos conceitos da etnogênese e da etnicidade rompem com a possibilidade de trabalhar as identidades vândalas vinculando os povos descritos no século I aos daqueles citados no século V, pois podem ser considerados como dois povos distintos. Dessa forma, impõe uma delimitação temporal a partir do momento em que eles podem ser claramente identificados pela historiografia atual enquanto um grupo identitário coeso, neste caso, somente a partir do século V.

2. CULTURA MATERIAL, ENTRE METODOLOGIA E DISCURSOS NACIONAIS

Outro espectro metodológico que pode nos ajudar a superar essas lacunas temporais se dá por meio da análise arqueológica do período. O livro *Das Reich der Vandalen und seine (Vor-) Geschichten*, editado por Guido M. Berndt e Roland Steinacher em 2008, representa o maior esforço conjunto da atualidade dedicado não somente em analisar a produção escrita sobre esse povo, como também em buscar uma origem e um lastro para a história dos vândalos na chamada *Vorgeschichten* (pré-História) (BERNDT; STEINACHER, 2008).

Assim, a cultura material teria sido observada como solução para acessar essas lacunas. Peter W. Haider (2008) associa os vândalos com a Cultura *Przeworské*, presente entre os rios Vístula e Oder até o século II (HAIDER, 2008), momento em que é observado um declínio da Cultura *Przeworské* pela chegada e sobreposição da Cultura *Wielbark* (associada aos godos). No entanto, Florian Gauß (2008) postula que, embora a Cultura *Przeworské* seja predominantemente associada aos vândalos, não devemos compreendê-la como unicamente vândala, pois também envolve povos menores.

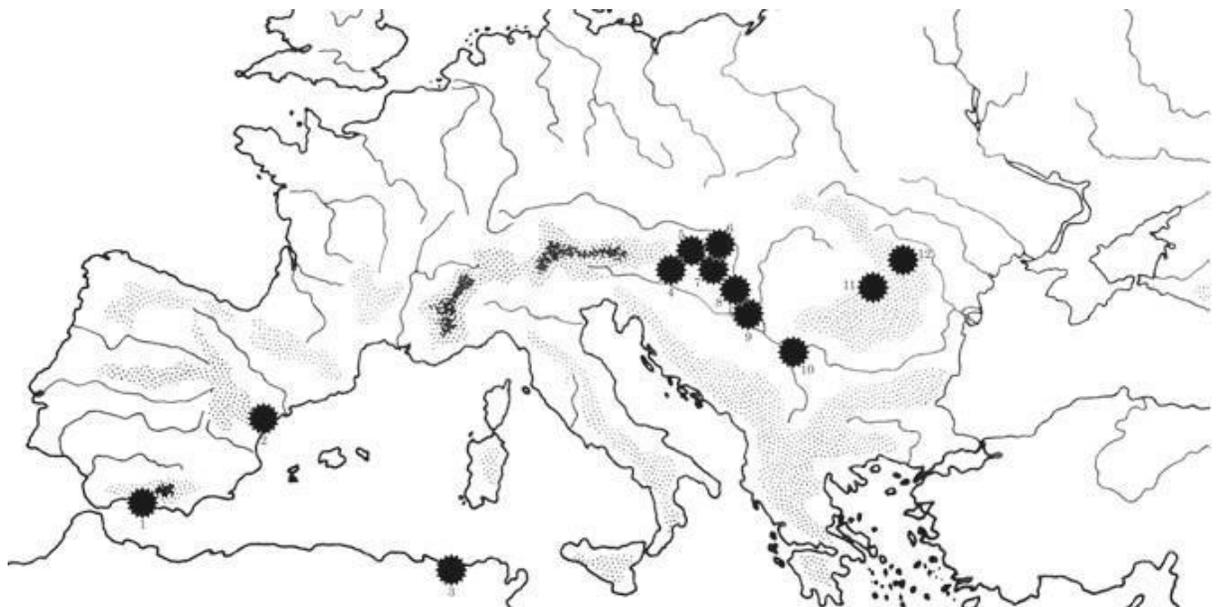
¹³ “The study of ethnic groups is really the study of the ‘topography of power’ of the early medieval West. Ethnicity is elevated from a circumstantial particular to a shaping ideology: ‘ethnic discourse became the key to political power’, a discourse on par with the ‘discourse systems’ of Roman imperial and Christian ideologies” (GILLET, 2002b, p. 86).

Para Steinacher (2016) e Gauß (2008), o declínio da presença da Cultura *Przeworské* na região dos rios Vístula e Oder teria sido marcado por confrontos e contatos bélicos que ocasionaram uma grande migração em massa que substituiu a presença da *Przeworské* pela Cultura *Wielbarké* nessa região, sendo responsável por reassentar os vândalos ao longo das fronteiras imperiais no Danúbio durante o século II.

Steinacher (2016) ainda apresenta que essa migração forçada coincide com o período das guerras marcomanas, momento em que os vândalos teriam tido seu primeiro contato bélico com os romanos. Após esses conflitos iniciais, ele afirma que os vândalos haviam sido assimilados aos exércitos romanos até o século IV. Para Guy Hallshal (2007), essa era uma estratégia bastante utilizada pelo Império Romano após as guerras marcomanas para controlar os povos mais violentos ou hostis próximos às fronteiras.

Aliás, os autores Joan Pinar e Gisela Ripoll (2008), ao analisarem uma série de fíbulas e joias de ouro em sepulturas femininas, encontraram um padrão produtivo que consideram ser pertencente às mulheres da aristocracia vândala. Isso porque, além de técnicas metalúrgicas próprias, elas também coincidem com o processo migratório dos vândalos (séc. V) e com seus respectivos locais de assentamento a partir do século IV (Panônia, Hispânia e África), conforme vemos na figura 1:

Figura 1: Circulação de fíbulas e joias femininas vândalas



Fonte: PINAR, RIPOLL, 2008, p. 126.

Pinar e Ripoll (2008) ainda destacam que há uma escassez considerável de joias que podem ser diretamente associadas aos vândalos a partir da entrada nos territórios africanos, o que corrobora com a percepção de que os vândalos haviam assimilado as técnicas metalúrgicas e também objetos de vestuários que demonstravam status elevado entre as elites do Império Romano.

Deste modo, embora tenham se mantido pacíficos até o início do século V, os vândalos, junto dos alanos e suevos, atravessaram as fronteiras imperiais em 406. Inicialmente, os vândalos haviam se unido a uma coalizão de povos (com alanos e suevos) para enfrentar a oposição dos exércitos romanos após a entrada das fronteiras (GOFFART, 2006).

Infelizmente, as pesquisas que exploram a etnogênese dos vândalos são bastante escassas. Walter Pohl (2004) nos apresenta que antes da década de 1960 a historiografia sobre o Reino Vândalo foi demasiadamente influenciada pela tentativa de rastrear e localizar a origem desse e de outros povos bárbaros, o que gerou teorias diversas sobre como categorizá-los.

De acordo com Gauß (2008), durante o início do século XX, a gênese da identidade vândala havia sido colocada em disputa como forma de reafirmar a soberania de poloneses ou alemães sobre o território entre os rios Oder e Vístula. Como ele nos apresenta, a partir desse debate Gustav Kossina havia sugerido que os vândalos eram germânicos orientais, pois como consideram Jarnut (2004) e Pohl (2004; 2005), eles estavam demasiadamente longe das fronteiras imperiais para serem considerados tradicionalmente como germânicos.

No entanto, na tentativa de reafirmar a soberania da Polônia sobre a região, em 1914 Józef Kostrzewski considerou os vândalos como povos eslavos. Gauß ainda afirma que o próprio termo “Cultura *Przeworsk*” havia surgido em 1936, como forma de não associar os vândalos a uma “Cultura Germânica” mas o termo só ganhou aceitação no período do pós-guerra (GAUß, 2008, p. 43-44).

No entanto, a reivindicação pelo passado vândalo é muito mais antiga e pode ser rastreada até meados do século XIII, quando o bispo da Cracóvia Vincentio Kadlubek incorporou os vândalos ao folclore polonês, associando o nome de uma princesa polonesa (filha de Graco, primeiro rei da Polônia) chamada Vanda aos *Vandali*, que foram representados como seus súditos (STEINACHER, 2004, p. 346).

Contudo, em meados de 1519, a fim de interromper as disputas por territórios das nações pertencentes à Liga Hanseática, Albert Krantz publicou *Wandalia, de VVandalorum vera origine*, obra onde ele considera que todas as nações nos arredores do Mar Báltico tinham uma ancestralidade étnica

em comum com os vândalos e, por isso, nomeava essa extensa região como *Wandalia* (STEINACHER, 2004; 2016; DONECKER, STEINACHER, 2009).

Entretanto, a suposta expansão da ancestralidade étnica às nações do Mar Báltico parecem ter fornecido um pretexto para o Reino da Suécia competir por influências e poderio contra outras nações da região. E para demonstrar sua soberania, o termo *Vandalorum* foi incorporado à titularia real sueca por Gustav I em 1540, fazendo uso do título: “*Suecorum, Gothorum et Vandalorum rex*”, ou em sueco, “*Sveriges, Götbes och Vendes Konung*”, portanto, se autointitulando como: “Rei dos Suecos, Godos e Vândalos”. É interessante ainda perceber que o título esteve em uso ininterrupto de 1540 até 1973, quando Carl XVI Gustaf sucedeu ao trono e dispensou o uso, reduzindo seu título para apenas “*Sveriges Konung*” (STEINACHER, 2004; 2016; DONECKER, STEINACHER, 2009; ROSOLEN JUNIOR, 2020).

É evidente que durante esses mais de 400 anos, muitos historiadores escandinavos (não apenas suecos) tentaram associar a ancestralidade vândala aos seus territórios, afirmando que os vândalos eram, originalmente, povos escandinavos que haviam migrado para as regiões da atual Polônia. Geralmente, esses discursos ao longo desses séculos revelavam crescentes interesses das nações escandinavas sobre os territórios poloneses (DONECKER, STEINACHER, 2009).

Entretanto, observamos como as teorias acerca da origem dos vândalos nos territórios escandinavos fez grande sucesso nos espaços acadêmicos até a década de 1960 sem nenhuma contestação, e ainda faz parte de diversos materiais didáticos universitários e/ou (principalmente) do ensino básico que representam essa suposta migração dos vândalos (mas, não somente) da Escandinávia para a Europa Continental, sem que haja alguma evidência histórica, vestígio arqueológico ou comprovação científica sobre a presença dos vândalos nessas regiões (POHL, 2004; 2005; DONECKER, STEINACHER, 2009).

Infelizmente, essa origem fantasiosa dos vândalos teve grandes impactos para o campo da África Vândala, que foi completamente ignorado pelos africanistas da coleção História Geral da África da UNESCO, que reproduziram estereótipos sobre os vândalos como povos europeus e como invasores que se adaptaram muito pouco durante seu Reinado na África: “Nada era mais inesperado na África do Norte do que estes conquistadores de origem germânica. Nenhuma dominação se adaptou menos às realidades do território” (SALAMA, 2010, p. 548). Além disso, não são refletidas a cooperação ou associações com povos autóctones. A julgar pela importância da obra e sua amplitude,

sua negligência e compreensão geram impactos negativos sobre o período e sobre esse povo até hoje (ROSOLEN JUNIOR, 2020).

Replicando os conceitos da etnogênese e etnicidade em suas pesquisas, Roland Steinacher (2016) acredita que os vândalos haviam se tornado “bárbaros romanos” pois, para ele, teriam sido assimilados e integrados às dinâmicas políticas, sociais e econômicas do Império, ao mesmo tempo em que o enfrentamento contra as elites romanas na África demonstrava que eles haviam mantido parte de sua identidade bárbara. Assim, ao invés de rastrear geograficamente a origem dos vândalos, ele analisa como os vândalos foram representados e como determinados padrões definiram sua identidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, conseguimos observar que os conceitos de etnicidade e de etnogênese são instrumentos capazes de abordar a questão de identidade do Reino Vândalo, fornecendo uma importante alternativa para pensar a gênese identitária dos povos das migrações, especialmente para o Reino Vândalo, que figurou como plano de fundo para este artigo. Deste modo, pretendemos expor que a etnogênese e/ou a etnicidade desses povos não necessariamente precisam estar associados a um ambiente geográfico, mas devem ser interpretadas a partir do momento em que diversos grupos e/ou povos se associam sob uma liderança régia que promove uma designação étnica aceita entre a maioria, tais como *vandalorum*, *alanorum*, *visigothorum* e *maurorum*.

Compreender essa metodologia é importante para que não busquemos nas semelhanças terminológicas (*vandiles*, *vandilios*, *vandali-vandalorum*) associações e variações de uma identidade pura que se mantém intocada durante quatro séculos. Assim, cada etnônimo deve ser compreendido e pesquisado dentro de suas particularidades temporais, considerando seus próprios contextos culturais e sociais. Somente a partir dessas considerações podemos superar velhos marcadores supraidentitários como “povos germânicos”, que por consequência acabam sofrendo leituras e análises historiográficas interessadas em ressignificar o passado antigo e medieval, demonstrando uma suposta continuidade racial que em alguns momentos foi utilizada para justificar crimes de guerra, invasões ou reivindicações territoriais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Néri de Barros. Os 'pais da História' e o discurso do método. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista (orgs.). **A construção da narrativa histórica: Século XIX e XX**. Editora da UNICAMP; Editora FAP-UNIFESP: Campinas; São Paulo, 2014.
- ANDRADE, Maria Cecília Albernaz Lins Silva de. **A Germânia de Tácito**: tradução e comentários. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 8ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- BECK, Hans. The Early Roman Tradition. In: MARINCOLA, John (ed.). **A companion to Greek and Roman Historiography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, vol. 1.
- BECKER, Audrey. Ethnicité, identité ethnique. Quelques remarques pour l'Antiquité tardive. **Gerión Revista de História Antigua**, vol. 32, 2014, p. 289-305.
- BERNDT, Guido M.; STEINACHER, Roland (eds.). **Das Reich der Vandalen und seine (Vor)-Geschichten**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008.
- BURGESS, Richard W. (trad.). **The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana: Two Contemporary Accounts of the Final Years of the Roman Empire**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, vol.5, n.11, 1991, p. 173-191.
- DENCH, Emma. Ethnography and History. In: MARINCOLA, John (ed.). **A companion to Greek and Roman Historiography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, vol. 2.
- DONECKER, Tefan; STEINACHER, Roland. Der König der Schweden, Goten und Vandalen. Königstitulatur und Vandalenrezeption im frühneuzeitlichen Schweden. In: REIMITZ, Helmut; ZELLER, Bernhard (eds.). **Vergangenheit und Vergegenwärtigung: Frühes Mittelalter und europäische Erinnerungskultur**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2009.
- FRIGHETTO, Renan. **Cultura e poder na Antiguidade Tardia Ocidental**. Editora Juruá: Curitiba, 2000.
- GAUß, Florian. Ein ethnographisches Bild? Die Definition und Abgrenzung der kaiserzeitlichen Przeworsk- und Wielbark-Kultur. In: BERNDT, Guido M.; STEINACHER, Roland (eds.). **Das**

Reich der Vandalen und seine (Vor)-Geschichten. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008.

GILLET, Andrew. Introduction: Ethnicity, History, and Methodology. In: GILLET, Andrew (ed.). **On Barbarian Identity: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages.** Turnhout: Brepolis Publishers, 2002a.

GILLET, Andrew. Was Ethnicity Politicized in the Earliest Medieval Kingdoms?. In: GILLET, Andrew (ed.). **On Barbarian Identity: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages.** Turnhout: Brepolis Publishers, 2002b.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GOFFART, Walter. **Barbarian Tides: The Migration Age and the Later Roman Empire.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

GOFFART, Walter. Does the distant past impinge on the invasion Age Germans?. In: GILLET, Andrew (ed.). **On Barbarian Identity: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages.** Turnhout: Brepolis Publishers, 2002.

HAIDER, Peter H. „Vandalen“ in Polen: Kulturkontakt, Kulturtransfer und Ethnogenese zwischen ca. 100 v. und 200 n. Chr.. In: BERNDT, Guido M.; STEINACHER, Roland (eds.). **Das Reich der Vandalen und seine (Vor)-Geschichten.** Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008.

HALSALL, Guy. **Barbarian Migrations and the Roman West 376-568.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HYDATIUS. **The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana: Two Contemporary Accounts of the Final Years of the Roman Empire.** Translate and edited: R.W. Burgess. Oxford: Oxford University Press, 1993.

JARNUT, Jörg. Germanisch: Plädoyer für die Abschaffung eines obsoleten Zentralbegriffes der Frühmittelalterforschung. In: POHL, Walter (ed.). **Die Suche nach den Ursprüngen: Von der Bedeutung des frühen Mittelalters.** Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2004.

KELLY, Gavin. “To Forge Their Tongues to Grander Styles”: Ammianus Epilogue. In: MARINCOLA, John (ed.). **A companion to Greek and Roman Historiography.** Oxford: Blackwell Publishing, 2007, vol. 2.

KULIKOWSKI, Michael. Nation versus Army: A necessary contrast?. In: GILLET, Andrew (ed.) **On Barbarian Identity: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages.** Turnhout: Brepolis Publishers, 2002.

LIEBESCHUETZ, John Hugo Wolfgang Gideon. Gens into Regnum: The Vandals. In: GOETZ, Hans Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter. **Regna and gentes**: the relationship between late antique and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman world. Leiden; Boston: Brill, 2003.

MURRAY, Alexander Callander. Reinhard Wenskus on 'Ethnogenesis', Ethnicity, and the Origin of the Franks. In: GILLET, Andrew (ed.). **On Barbarian Identity**: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages. Turnhout: Brepolis Publishers, 2002.

NOBLE, Thomas F.X. Greek Popes: Yes or No, and Did It Matter. In: FISCHER, Andreas; WOOD, Ian (eds.). **Western Perspectives on the Mediterranean**: Cultural Transfer in Late Antiquity and the Early Middle Ages, 400-800 AD. 2ed. London; New York: Bloomsbury Publishing, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, 1993, p.07-28.

PINAR, Joan; RIPOLL, Gisela. The so-called Vandal Objects of Hispania. In: BERNDT, Guido M.; STEINACHER, Roland (eds.). **Das Reich der Vandalen und seine (Vor)-Geschichten**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008.

PLINII SECUNDI. **Naturalis Historiae**. Wien: Hackios, 1668, tomo 1.

POHL, Walter. Ethnicity, theory, and tradition: A response. In: GILLET, Andrew (ed.). **On Barbarian Identity**: Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages. Turnhout: Brepolis Publishers, 2002.

POHL, Walter. **Die Völkerwanderung**: Eroberung und Integration. 2ed. Stuttgart: W. Kohlhammer, 2005.

POHL, Walter. Social Language, Identities and the Control of Discourse. In: CHRYSOS, Evangelos; WOODS, Ian (eds.). **East and West**: Modes of communication. Leiden; Boston; Köln: Brill, 1999.

POHL, Walter. Strategies of Identification: A Methodological Profile. In: POHL, Walter; HEYDEMANN, Gerda (eds.). **Strategies of Identification**: Ethnicity and Religion in Early Medieval Europe. Turnhout: Brepolis Publishers, 2013.

POHL, Walter. The Vandals: Fragments of a Narrative. In: MERRILLS, Andy H. (ed.). **Vandals, Romans and Berbers**: New Perspectives on Late Antiquity North Africa. Routledge: New York, 2004.

REIMITZ, Helmut. Ethnogenesis. In: BAGNALL, Roger S.; BRODERSEN, Kai; CHAMPION, Craige B.; ERSKINE, Andrew; HUEBNER, Sabine R. (eds.). **The Encyclopedia of Ancient History**. Wiley-Blackwell: Malden, 2012.

ROSOLEN JUNIOR, Geraldo. Apagamentos e estereótipos do Reino Vândalo nos manuais de História Geral da África da UNESCO. **Gnarus Revista de História**, n.11, pp. 61-73, 2020.

SALAMA, Pierre. Parte II: De Roma ao Islã. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). **História geral da África II: África antiga**. 2Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

STADLER, Thiago David. Poder e conhecimento em Plínio, o velho. **Espaço plural**, vol. 15, n. 30, 2014, p. 30-47.

STADLER, Thiago David. **Por uma noção de História em Plínio, o Velho (séc.I d.C.)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

STEINACHER, Roland. **Die Vandalen: Aufstieg und fall eines barbarenreichs**. Stuttgart: Klett-Cotta, 2016.

STEINACHER, Roland. Wanderung der Barbaren? Zur Entstehung und Bedeutung des Epochenbegriffs ‚Völkerwanderung‘ bis ins 19. Jahrhundert. In: WIEDEMANN, Felix; HOFMANN, Kerstin P.; GEHRKE, Hans-Joachim (eds.). **Vom Wandern der Völker. Migrationserzählungen in den Altertumswissenschaften**. Berlin: Edition Topoi, 2017.

STEINACHER, Roland. Wenden, Slawen, Vandalen. Eine frühmittelalterliche pseudologische gleichsetzung und ihre nachwirkungen?. In: POHL, Walter (ed.). **Die Suche nach den Ursprüngen: Von der Bedeutung des frühen Mittelalters**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2004.

TÁCITO. **A Germânia de Tácito: tradução e comentários**. Trad.: Maria Cecília Albernaz Lins Silva de Andrade. Mestrado em Letras Clássicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

WENSKUS, Reinhard. **Stammesbildung und Verfassung: Das Werden der frühmittelalterlichen gentes**. Bohlau: Köln; Graz, 1961.

WOODS, David. Late Antique Historiography: A Brief History of Time. In: ROUSSEAU, Philip (ed.). **A Companion to Late Antiquity**. Oxford: Wiley-Blackwell Publishing Ltd, 2009.

Data de submissão: 24/07/2021

Data de aprovação: 24/08/2021